

MAGALHÃES TAVARES, HERMES

CELSO FURTADO E O PLANEJAMENTO. TEORIA E AÇÃO

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 6, núm. 2, noviembre, 2004, pp.
97-106

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513952500008>

CELSO FURTADO

E O PLANEJAMENTO

TEORIA E AÇÃO

HERMES MAGALHÃES TAVARES

INTRODUÇÃO

A obra de Celso Furtado impressiona por sua extensão, por sua coerência metodológica, unidade de propósito, assim como pela relevância amplamente reconhecida. A produção intelectual que trata diretamente da sua obra é também considerável e aumentou significativamente desde a última década do século passado, em decorrência das inúmeras homenagens que, no Brasil e em outros países, foram prestadas ao autor, sobretudo quando completou 80 anos.

Se as primeiras obras de Furtado, da década de 1950, foram marcadas pela influência da Cepal, ele, por sua vez, contribuiu com a sua abordagem histórica para enriquecer o pensamento cepalino, cujos elementos básicos estão contidos em *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*, de 1949, escrito por Raúl Prebisch.

Em sua fase da Cepal, Furtado realizou inúmeros trabalhos técnicos sobre países da América Latina. Mais tarde, no exílio, escreveu um livro sobre a formação econômica dessa região. Mas foi para o Brasil e o Nordeste brasileiro que dedicou o máximo de sua atenção e de suas energias. Foi o economista brasileiro ou mesmo cientista social brasileiro de maior projeção fora do País. Escreveu 31 livros que foram traduzidos em 15 idiomas. Calcula-se que foram vendidos mais de dois milhões de exemplares. Considerando-se os diversos indicadores de formas de difusão, estima-se que, no presente, o número de leitores atinge cerca de dez milhões.

Como explicar o reconhecimento de Celso Furtado, expresso por esse grande número de leitores? Em primeiro lugar, porque – caso raríssimo entre os economistas – Celso Furtado não escreve apenas para os seus pares, mas também para um público mais amplo, com o fim de levar suas idéias e despertar a consciência da necessidade de lutar contra as desigualdades sociais e o subdesenvolvimento. Daí porque em sua obra a fronteira entre economia e política é tênue. “Nunca entendi a existência de um problema estritamente econômico”, diz ele. Depois, a criatividade que, no início de sua carreira, chegou a ser vista por Gudi (*apud* Furtado, 1985) como algo incompatível com o ofício de economista, acabou sendo o grande trunfo que lhe permitiu realizar a “navegação venturosa” e descortinar sempre novos horizontes. Criatividade que supõe uma boa dose de ousadia, até mesmo para ser eclético, quando o ecletismo é, como sabemos, considerado sempre negativamente pelos escolásticos de todos os matizes. Mas em Furtado o ecletismo permite-lhe uma abordagem original: por exemplo, enquanto procura, por um lado, recuperar o movimento (histórico) da economia, por outro, faz uso de instrumentos de análise neoclássicos para melhor compreender esse processo.

Embora em muitos contextos Furtado tenha procurado proteger-se, colocando-se como portador de soluções técnicas, neutras, a leitura atenta de suas principais obras indica uma permanente preocupação política, que se traduz em uma linguagem que pro-

cura persuadir e mobilizar os seus leitores, sem, contudo, perder o rigor e a elegância (Bielshowski, 2001).

Quais são as bases teóricas do pensamento de Furtado? Ele próprio responde, indicando a seguinte ordem: o positivismo, o marxismo e a teoria keynesiana, que, tudo indica, obedece à cronologia de como cada um desses sistemas de pensamento passaram a influir decisivamente em sua formação (Furtado, 1983). O positivismo, com o qual ele toma contato ainda muito jovem, interessou-lhe pela importância que essa doutrina atribui à razão, ao conhecimento científico e à relação que estabelece entre este e o progresso. O marxismo – com o qual tomou contato através da leitura de Max Beer e, mais tarde, em curso na Universidade de Paris – por sua teoria da História e, no plano econômico, pela percepção de Marx de que a acumulação é uma necessidade objetiva do capitalista, o que o pressiona a recorrer constantemente ao progresso técnico, sendo esta segunda idéia reforçada pela leitura de Schumpeter.

Em terceiro lugar, como não poderia deixar de ser, Celso Furtado reconhece em Keynes uma influência decisiva. Desse autor, ele retém a análise dos processos econômicos centrados na demanda e o papel do Estado no desenvolvimento capitalista. Quanto a esse último aspecto, diz Furtado que “a economia capitalista não pode funcionar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado” (Furtado, 1973). De resto, esta visão keynesiana de Estado influiu em toda uma geração de economistas e de governantes no Brasil.

Essas informações foram fornecidas pelo próprio autor em seu *Auto-retrato intelectual*, publicado pela Unesco em 1973. Ao leitor atento desse texto não deve passar despercebido o fato de que Furtado não tenha mencionado Prebisch entre os autores que influenciaram na formação de seu pensamento. O papel de Prebisch e seus colaboradores na estruturação de uma teoria com características próprias, decisiva no avanço da compreensão do desenvolvimento da América Latina, só aparecerá em sua verdadeira dimensão na *Fantasia organizada*, livro de memórias, publicado em 1985.

A TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Originário do estado da Paraíba, Celso Furtado realizou o seu curso superior no Rio de Janeiro, formando-se em Direito pela antiga Universidade do Brasil. Em 1944, mediante concurso, ingressa no serviço público, como funcionário do Dasp (Departamento de Administração do Serviço Público Federal) e, neste mesmo ano, incorpora-se, como oficial, às Forças Expedicionárias Brasileiras que participaram da Segunda Guerra Mundial, em território italiano. Desmobilizado, volta ao Brasil e, em 1946, regressa à Europa para realizar o doutorado em Economia, em Paris, sob a orientação de Maurice Byé. Terminado o curso, em 1948, retoma suas funções na administração pública brasileira e pouco depois passa a integrar a pequena equipe de técnicos que deu início aos trabalhos da Cepal (Comissão Econômica Para a América Latina), órgão recém-criado pela ONU, por indicação do governo chileno. A equipe tinha como tarefa inicial realizar um diagnóstico econômico dos países latino-americanos, que seria discutido na reunião de 1949 em Havana.

Contratado como consultor, o economista argentino Raúl Prebisch apresentou uma primeira versão do seu texto, cuja forma definitiva seria mais tarde considerada o

“Manifesto Latino-Americano”. Celso Furtado, um dos primeiros a ler a versão preliminar do trabalho de Prebisch, concluiu de imediato que as idéias ali contidas eram sobre-modo inovadoras e que, se aceitas pelos governos latino-americanos, poderiam mudar a face da região. Daí o seu empenho em traduzi-lo para o português e, em seguida, publicá-lo e divulgá-lo entre profissionais influentes no Brasil.

Dois anos depois, em reunião que ocorreria em São José da Costa Rica, diante de fortes indícios de que os Estados Unidos vetariam a continuidade da Cepal, Celso Furtado fez gestões junto ao governo brasileiro (segundo governo Vargas), no sentido de que este votasse pela permanência do órgão. Em suas memórias, Furtado diz que a posição favorável assumida por Vargas, em defesa da Cepal, foi fundamental para a sua manutenção, pois o voto do Brasil influiu para que vários outros países latino-americanos assumissem idêntica posição (Furtado, 1985).

Keynes fizera uma poderosa crítica ao *laissez-faire*. Prebisch, por sua vez, empenhou-se em demonstrar, empiricamente, que a organização econômica mundial, baseada no livre-câmbio e no princípio da divisão internacional do trabalho, não produz ganhos proporcionalmente iguais para os países que dela participam. A razão por que isto não acontece deriva de que a economia mundial não é uma estrutura homogênea. Ao contrário, trata-se de uma estrutura em que há, de um lado, um *centro* principal detentor da tecnologia e dos frutos do progresso, composto de um pequeno número de países, e, de outro, uma vasta e heterogênea *periferia*, constituída de países produtores e exportadores de matérias-primas e de produtos primários. Os termos de intercâmbio tendem a se degradar em detrimento da *periferia*, contribuindo para que a renda se concentre no *centro*.

Desde o início, Celso Furtado viu nessa concepção de Prebisch a sua contribuição maior, de tal força que se constituiria em verdadeiro *tournant* na realidade latino-americana.

Esta visão global da economia capitalista, que permitia nela identificar uma fratura estrutural gerada pela lenta propagação do progresso técnico e perpetuada pelo sistema de divisão internacional do trabalho então existente, constitui certamente a contribuição teórica maior de Prebisch e foi o ponto de partida da teoria do subdesenvolvimento que dominaria o pensamento latino-americano e teria amplas projeções em outras regiões do mundo. (Furtado, 1985.)

Comparando as séries de dados econômicos relativos ao Brasil, Argentina, México e Chile, principalmente, Celso Furtado constatou, com surpresa, a evidência do atraso do Brasil em relação àqueles países. Isso o levou à decisão de pesquisar a fundo as razões de tal atraso, trabalho ao qual se empenhou com obsessão. “Arregacei as mangas e comecei a pensar o Brasil com a desenvoltura de quem reunisse ignorância e intrepidez” (Furtado, 1985).

O esforço dessa tarefa desdobrou-se por seis ou sete anos. Foi um período fértil para Furtado. Em 1953, fixou-se no Rio de Janeiro como coordenador do grupo misto Cepal-BNDE. Entre 1950 e 1957 publicou três livros: *A economia brasileira* (1954), *A dependência econômica* (1956) e *Desequilíbrios da economia brasileira* (1957). Em 1957-1958 (ano letivo europeu), licenciado da Cepal, Furtado realiza o seu pós-doutorado em Cambridge e escreve *Formação econômica do Brasil*, sua obra maior. Livro-texto nos cursos universitários, sobretudo os de Economia, Ciências Sociais e História, Brasil afora, dele foi tirada a 32^a edição, recentemente, pela Editora Nacional, e várias edições saíram no exterior.

A *Formação...* é, nas palavras do autor, um grande afresco da economia brasileira, abarcando o início da colonização até 1930. Seguindo uma *démarche* diacrônica, adota uma postura eclética, ao recorrer a autores de visões ideológicas distintas, tais como Keynes, Marx, Schumpeter e até mesmo o instrumental neoclássico, para explicar a formação econômico-social do Brasil. Observa-se um afastamento em relação a Raúl Prebisch, que analisa sincronicamente as estruturas de centro-periferia, em momentos específicos. Portanto, a Furtado o que interessa é a evolução histórica analisada a partir da economia. Outra diferença metodológica é a preocupação em tomar a economia brasileira como uma economia colonial (o que ocorreria até a crise de 1930) e não como periférica.

Ao longo de quatro décadas (1530-1930), em decorrência das disponibilidades de fatores internos e da demanda externa, surgia uma atividade econômica dinâmica, enquanto outras permaneciam em letargia por longo tempo.

O fato de que a análise leva em conta a dinâmica econômica (a evolução histórica) sem deixar de considerar a dimensão geográfica é outra inovação de Furtado na *Formação...* raramente ressaltada pelos críticos. Esse segundo aspecto será examinado na segunda parte deste texto.

O livro, dividido em cinco partes e 36 capítulos, tem, segundo o autor, a intenção de formular questões e hipóteses, na esperança de que fossem estudadas mais a fundo por pesquisadores que o sucedessem. Em outros termos, não esperava chegar a respostas definitivas. Expectativa assaz modesta para quem, fazendo uso do seu método peculiar, conseguira explicar a transição da economia colonial, voltada para fora, para uma economia industrial, voltada para o mercado interno, o que é, sem dúvida, o maior contributo da *Formação...*

A crise mundial de 1930 marca o colapso da economia colonial no Brasil, fato que vai se configurar efetivamente a médio e longo prazo, pois de imediato o governo revolucionário cuidou de garantir os interesses dos cafeicultores, ao dar continuidade à política de defesa do café, o que o levou a ir muito além da simples estocagem, passando a destruir parcela considerável da produção invendável (80 milhões de sacas de 60 quilos em menos de dez anos). E o que parecia mais estranho era que, na impossibilidade de recorrer ao financiamento externo, em decorrência da crise, o governo Vargas lançara mão da emissão monetária. Esse paradoxo é assim explicado por Furtado:

À primeira vista parece um absurdo colher o produto para destruí-lo. Contudo, situações como essa se repetem todos os dias nas economias de mercado. Para induzirem o produtor a não colher, os preços teriam que baixar muito mais, particularmente se se tem em conta que os efeitos da baixa de preços eram parcialmente anulados pela depreciação da moeda. Ora, como o que se tinha em vista era evitar que continuasse a baixa de preços, compreende-se que se retirasse do mercado parte do café colhido para destruí-lo. Obtinha-se, dessa forma, o equilíbrio entre a oferta e a procura a nível mais elevado de preços. (Furtado, 1979.)

Diz, em outra parte, o autor:

O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes. Dessa forma, a política de defesa do setor cafeícola nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de

maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados. (Furtado, 1979.)

A partir de 1933, a economia brasileira começa a se recuperar, nesse momento as atividades mais dinâmicas deixam de ser aquelas do setor exportador e são substituídas por aquelas voltadas ao mercado interno. E o impulso maior deriva das indústrias que substituem bens que antes se importavam, ou seja, destinavam-se a atender uma demanda preexistente.

Muitos criticaram essa explicação, sobretudo pela sua essência keynesiana, ao colocar a demanda no centro da análise. Teriam tido sucesso os que subestimaram a questão do mercado, notadamente o mercado externo, e convergiram a discussão em torno da dinâmica das forças produtivas existentes no País? Francisco de Oliveira, que também faz restrições ao enfoque de Furtado sobre a transição, ressalva: “A elegância do modelo, em que parece existir dialética, pois forças independentes de seu papel, ao lutarem por seus interesses *strictu senso*, estruturam um programa não previsto, capturou todos e até hoje não se conseguiu produzir nada que o substituisse teoricamente” (Oliveira, 1985, p.14).

Encerrada a sua passagem por Cambridge, e tendo completado dez anos como funcionário da Cepal (ONU), Furtado decide retomar suas atividades no Brasil, dessa feita, com intenção de não se restringir ao trabalho teórico e assumir também uma ação política. Ao final da *Fantasia organizada*, ele sublinha que concluirá a *Formação...* “apontando para os dois desafios a serem enfrentados no futuro imediato: completar a industrialização e deter o processo de crescentes disparidades regionais. Como nordestino, cabia-me prioritariamente dar uma contribuição na segunda dessas frentes de luta” (Furtado, 1985).

TEMPOS DE LUTA

Desde a segunda metade do século XIX, há uma questão regional no Brasil – a do Nordeste brasileiro, a partir das secas de 1877-1879 e de 1899 – e seu impacto sobre grande parte da população nordestina. O governo federal implantou, em 1909, uma política de obras públicas destinada a construir açudes, para a acumulação de água, e estradas, com a intenção de resolver o que se considerava então como o principal problema nordestino: a seca. No decênio de 1950, o equívoco dessa política, a sua apropriação pelos grandes proprietários de terras e a malversação de recursos públicos, a qual se tornou uma chaga nacional, conduziram à necessidade de rediscussão do problema do Nordeste e de suas soluções no âmbito de uma nova política.

O sucesso norte-americano da Tennessee Valley Authority (TVA) foi tema de debate durante vários anos no Congresso Nacional, na década de 1940, em torno de projetos que aplicariam aquele modelo à bacia do Amazonas e à bacia do rio São Francisco. Deles resultou a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e da Superintendência de Valorização do Vale do São Francisco. Ambos os órgãos não passaram de arremedos do modelo norte-americano.

Quanto ao Nordeste, na década de 1950, assiste-se ao desenvolvimento de condições propícias ao surgimento de novas idéias, que levaram o governo federal a modificar a sua política para aquela região.

O governo Vargas, orientado pela sua assessoria econômica, criou o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e acelerou a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso. Na mesma

assessoria começou-se a discutir um plano econômico para o Nordeste e um estudo de Rômulo de Almeida concluía que o atraso e a pobreza da região não se deviam a fatores climáticos (a falta de chuvas) e sim à organização econômica regional inadequada. Trabalhos realizados por Hans Singer reforçaram o argumento de Rômulo de Almeida e levantaram outras questões, como o fato de que a política de desenvolvimento nacional contribuía para o empobrecimento relativo do Nordeste; e sobre a falta de uma política de incentivos financeiros e fiscais para a região, prática que era adotada em alguns países europeus. A esses fatos acrescentava-se a implantação do Plano de Metas do governo Kubitscheck, iniciado em 1956 e cujos investimentos se concentravam nas regiões mais industrializadas.

As organizações da sociedade civil cresceram rapidamente no mesmo período e cobraram do governo federal medidas que iam de investimentos compensatórios para a região à reforma agrária.

É nesse momento que as idéias de Celso Furtado sobre o Nordeste tornam-se conhecidas e ganham força ao serem adotadas por Kubitscheck para servirem de base a uma política de desenvolvimento naquela região. *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*, escrito por Furtado sob a forma de relatório, no início de 1959, é um marco na literatura especializada, e até hoje constitui fonte de referência de qualquer estudo da economia nordestina.¹ O conhecimento teórico do autor e a sua permanência na Europa devastada pela guerra, mas em reconstrução, foram fundamentais para o resultado obtido. Quanto ao primeiro aspecto, é clara, no relatório, a influência do conceito de desenvolvimento na linha cepalina, bem como o enfoque dos processos sociais cumulativos de Myrdal, responsáveis pelos desequilíbrios regionais. O livro de Myrdal publicado na primeira metade do decênio de 1950 tratava de questões do desenvolvimento capitalista que se tornaram muito claras com a depressão de 1930. Na Europa do imediato pós-guerra, as desigualdades sociais tanto quanto as desigualdades regionais constituíam uma questão candente. De uma forma ampla, os governos europeus viram no planejamento o caminho para solucionar essas questões. Experiências como a do Plano Marshall, para toda a Europa, e o Planejamento Indicativo, no âmbito da França, tiveram grande êxito.

As discussões em torno dos desequilíbrios regionais, traduzidos em grandes concentrações econômicas nas metrópoles e empobrecimento de outras áreas. Debates esses que propiciaram o surgimento de políticas de desenvolvimento regional em escala nacional (Inglaterra, França e Itália, especialmente).

Entre 1946 e 1948, Celso Furtado viveu de perto essa realidade. Agregue-se a isso o fato de que Organização e Planejamento foram campos do conhecimento que despertaram grande interesse no nosso autor, em sua formação universitária no Brasil. O documento que ele apresenta a Kubitscheck em março de 1959 é, na verdade, um diagnóstico detalhado e bastante articulado do Nordeste e um esboço de plano de ação. Portanto, uma proposta de planejamento para a região nordestina.

Diante das limitações de espaço, concentraremos nossa atenção nas estratégias da nova política. Com base na análise minuciosa das relações sociais nos grandes espaços socioeconômicos da região (zona da Mata, agreste e semi-árido) e da forma como eles se relacionavam, Furtado conclui que o problema central era o da população que vivia da economia de subsistência e dependente dos grandes proprietários de terras. A calamidade social da seca é que o seu impacto é consideravelmente maior sobre essa população. Em uma época em que a reforma agrária era socialmente inviável, Furtado propõe uma solução que era a de outros estudiosos importantes da região, particularmente Guimarães Duque e Ignácio Rangel: a colonização em terras férteis, fora, obviamente, do semi-árido.

¹ Por razões de ordem tática, a publicação foi feita com a autoria do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

Parcelas dessa população seriam transferidas para as áreas de colonização. Essa estratégia se tornaria viável com a incorporação do Maranhão, onde havia terras públicas da pré-história amazônica e mais o Piauí, à região-plano da Sudene, órgão a ser criado. Nasceria daí o Projeto de Colonização do Maranhão.

A segunda estratégia agrícola consistia na irrigação das bacias dos açudes mediante uma política que possibilitasse a desapropriação daquelas áreas. A primeira grande tarefa da nova política, ainda na fase do Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), foi a elaboração do projeto de lei de irrigação, cujo desdobramento veremos mais adiante.

A terceira estratégia era a reestruturação da área de monocultura da cana-de-açúcar, destinando-a, prioritariamente, à produção diversificada de alimentos.

A indústria regional, quase toda ela exclusivamente voltada aos bens de consumo, especialmente têxteis e de alimentos, deveria ser modernizada, para ter condições de competir com a moderna indústria do Centro-Sul. O Estado deveria investir na infra-estrutura (energia elétrica, transporte e saneamento) e em indústrias de base, como a siderurgia. Além do financiamento do Estado, seriam criados mecanismos de estímulos fiscais e financeiros, nos moldes dos praticados nos países desenvolvidos e mesmo no Centro-Sul do País.

Tratava-se, portanto, de uma política de modernização, melhor dizendo, de capitalização da região nordestina. O movimento camponês, mesmo continuando a luta pela reforma agrária, não se opunha abertamente à política proposta. A grande reação partia dos grandes interesses agrários, dos grandes proprietários de terras que concentravam sua oposição no Congresso Nacional.

Pode-se afirmar que a proposta teve ampla aceitação das principais forças sociais que, nos últimos anos da década de 1950, reivindicaram um tratamento diferenciado para a região, com as restrições que já foram mencionadas. Em uma época em que se estava longe de ouvir falar em planejamento participativo, é indiscutível que o projeto da nova política de desenvolvimento do Nordeste contou com grande apoio popular, responsável em grande medida para que essa proposta não fosse derrotada desde o início, diante das arremetidas da direita majoritária no Congresso. Esse apoio ocorreu em vários momentos e situações, como em uma greve que paralisou Recife por um dia, para pressionar o Congresso a aprovar o Primeiro Plano Diretor da Sudene.

Mas essa mobilização nem sempre conseguia contra-arrestar as investidas da direita, que obteve duas vitórias significativas: impediu que o projeto de irrigação do Codeno fosse aprovado pelo Congresso Nacional e impediu que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) passasse a ser controlado pela Sudene, contrariando a lei que criou esse órgão. Conseguiu, também, sabotar o Projeto de Colonização do Maranhão. É certo que os estudos prévios sobre a área maranhense a ser colonizada não deram conta de que ela já se encontrava quase inteiramente *grilada*.

A despeito do ambiente hostil criado pelas oligarquias e seus representantes na imprensa e no Congresso, o projeto da Sudene introduziu inovações importantes, entre as quais ressaltamos:

- Uma estruturação institucional que se preocupou em fortalecer o sistema federativo do País. Vejamos um dos muitos depoimentos de Furtado a esse respeito:

O recorte da federação brasileira prejudica o Nordeste, que é dividido em pedaços relativamente pequenos. Estado importante é Rio Grande do Sul, é Minas Gerais, é São Paulo,

é o Rio de Janeiro. Portanto, era preciso compensar esse aspecto perverso da Constituição, mas como uma reforma constitucional era coisa impossível de se fazer no Brasil, apelamos para um truque, que consistiu em criar um mecanismo de discussão e votação entre o governo federal e os governos estaduais da região: foi o Conselho Deliberativo da SUDENE, que reúne nove governadores para harmonizar pontos de vista sobre o que fazer na região. Assim, se reivindica conjuntamente e quando se vai ao Parlamento e ao Presidente da República, o Nordeste tem uma vontade só. (Furtado, 2001.)

- O sistema de incentivos financeiros e fiscais destinado às empresas privadas. Esse sistema iniciado durante a crise de 1930, na Inglaterra, generalizou-se em praticamente todos os países centrais. No Brasil, tomou-se por base principalmente o modelo italiano destinado ao Mezzogiorno, com adaptações. Com o fim da isenção cambial, no governo Jânio Quadros, criou-se o sistema 34/18, que constituiu uma verdadeira inovação, graças à qual foi possível aumentar significativamente a produção industrial no Nordeste. Os desvios de recursos dos incentivos fiscais que foram surgindo com o tempo, tanto na Sudene quanto na Sudam, jamais poderiam ser resolvidos com a medida do governo Fernando Henrique Cardoso para o fechamento desses órgãos, como de fato aconteceu.
- A seriedade do órgão no uso dos recursos públicos difundiu-se rapidamente em todos os meios. Esse fato relaciona-se com o espírito de equipe que se formou em um campo de atividade cuja prática pouco se conhecia. Essa prática tinha que ser aprendida rapidamente à base de ensaio e erro. Francisco de Oliveira, que participou dessa primeira fase da Sudene como adjunto de Celso Furtado e, posteriormente, fez várias críticas àquele órgão, após 1964, deu, todavia, um depoimento que expressa corretamente o trabalho naquele órgão antes daquele ano:

Um vasto sopro de esperança varreu a região. Uma convergência nunca antes vista de classes e setores sociais, desde o campesinato, mobilizou-se para o que pensávamos ser a tarefa do século, a mais ingente e espinhosa de quantas reclamavam solução para a construção de uma Nação harmônica, sem gritantes disparidades que se constatavam e que, infelizmente, estes 20 anos não conseguiram desfazer. Minha geração jogou-se por inteiro naquele empreendimento, e tentamos converter nossa fraqueza em força: despreparados para tão grande cometimento, substituímos o conhecimento científico, de que não dispúnhamos, pelo ardor, pelo vigor e, por que não dizê-lo, pelo desprendimento. Com o inteiro apoio da população, vale a pena lembrar, sem que isso seja uma vangloria, que a Sudene inovava completamente o estilo de desempenho dos poderes públicos, não apenas na escala regional, mas até mesmo medida pela escala nacional. (Oliveira, 1978, apud Tavares, 2004.)

Como vimos na primeira parte deste trabalho, Celso Furtado contribuiu teoricamente para a compreensão do processo de desenvolvimento das economias dependentes e, em particular, para a análise da evolução histórico-econômica da sociedade brasileira. Particularmente, no caso do Brasil, em que a pesquisa para a sua obra maior cobriu quatro séculos, a massa de textos consultados exigiu um enorme esforço de síntese. Isso, somado à maioria de suas obras que tratam exclusivamente do Brasil, leva muitos estudiosos da obra desse autor a considerá-lo um dos raros cientistas sociais brasileiros que conseguiram interpretar este País.

No plano da ação, podemos dizer que o seu grande mérito foi o de transformar o planejamento numa realidade concreta, depois de várias tentativas fracassadas desde a

década de 1930. No âmbito nacional, Furtado dirigiu o Grupo Cepal-BNDE que realizou projeções setoriais da economia brasileira, as quais constituíram a base do Plano de Metas do governo JK. No governo de João Goulart, foi ministro extraordinário do Planejamento, quando elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento. Vimos, na segunda parte deste texto, a sua atuação de cinco anos como idealizador e dirigente da Sudene.

Ao observarmos a produção de Furtado dos anos 80 e 90, constatamos que sua crença nas possibilidades do planejamento não se alterou ao longo do tempo. Mesmo no auge do neoliberalismo, em 1999, ele afirmou: “Queiramos ou não, o planejamento foi a grande invenção do capitalismo moderno” (Furtado, 2001).

Outro problema de enorme atualidade para o desenvolvimento do País é o de sua organização político-territorial. Aqui ele defende a instituição do *poder regional*, indo além daquilo que propôs em 1959. Vejamos o que ele nos diz:

A descentralização regional do poder central deveria ser acompanhada de um planejamento plurianual que permitisse compatibilizar as aspirações das distintas regiões. Só o planejamento permite corrigir a tendência das empresas privadas e públicas a ignorar os custos ecológicos e sociais da aglomeração espacial das atividades produtivas. Com efeito, somente o planejamento permite introduzir a dimensão “espaço” no cálculo econômico. Este é um ponto importante, pois a distribuição espacial da atividade econômica leva, com freqüência, a conflitos entre regiões ou entre determinada região e um órgão do poder central.

Por último, convém não perder de vista que o revigoramento do federalismo na forma aqui referida requer, ao lado da plena restauração da autonomia estadual e do contrapeso de um poder regional, o fortalecimento da instituição parlamentar. Isso porque somente o poder que reúne os representantes do povo de todas as regiões pode dar origem a um consenso capaz de traduzir as aspirações dessas mesmas regiões em uma vontade nacional. (Furtado, 2001.)

Furtado deixou-nos aqui alguns pontos dos mais relevantes e atuais para uma agenda da questão territorial brasileira: a persistência no planejamento, para ele único instrumento capaz de levar os entes econômicos a considerar os custos ecológicos e sociais do desenvolvimento; a distribuição das atividades econômicas entre regiões; a plena restauração da autonomia estadual e da instituição parlamentar.

Hermes Magalhães Tavares é professor adjunto do Ippur/UFRJ. E-mail: smtavares@uol.com.br

Artigo recebido em novembro de 2004 e aceito para publicação em março de 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIELSHOWSKI, R. Furtado, o homem que explicou o Brasil. In: QUEIROZ, R. (Org.) *Celso Furtado 80 anos: homenagem da Paraíba*. João Pessoa: Sebrae/Pb, 2001.
- FURTADO, C. Trabalhei como um condenado. *Celso Furtado 80 anos: homenagem da Paraíba*. Ronald de Carvalho (Org.) João Pessoa: Sebrae/Pb, 2001.
- _____. *O longo amanhecer*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.
- _____. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974.
- _____. *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959
- _____. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.

- FURTADO, C. *A dependência econômica*. Rio de Janeiro: MEC, 1954.
- _____. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- OLIVEIRA, F. Celso Furtado. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- _____. Depoimento à CPI do Congresso Nacional sobre a Sudene. In: TAVARES, H. M. *Política regional e mudança*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação/Ippur, 2004.
- PREBISCH, R. El desarrollo económico de América Latina e algunos de sus principales problemas, 1949. In: Aa.Vv. *Cepal. 50 años de pensamiento de la Cepal*. 1998. v.1.